

# O PROTESTANTISMO BRASILEIRO

## Estudo de eclesiologia e de história social

(Continuação)

### VI

#### O PROBLEMA DA MAIORIDADE E DA EMANCIPAÇÃO EM OUTRAS DENOMINAÇÕES

O problema das relações entre Igrejas missionárias e Igrejas de missões, haveria de apresentar-se, certamente, às demais denominações protestantes do Brasil. Não ao mesmo tempo em que dividiu a Igreja Presbiteriana, mas em datas outras que corresponderão à própria maioridade de cada uma destas denominações. Carlos Pereira ainda tivera tempo, antes de sua morte, de ver as Igrejas Batistas atravessarem as mesmas experiências do presbiterianismo. Uns vinte anos mais jovens, as Igrejas Batistas só experimentaram aquela dificuldade, uns vinte anos mais tarde, justamente ao tempo em que morria o fundador da Igreja Presbiteriana Independente. Aliás, as condições e as conseqüências desse movimento foram, nas Igrejas Batistas, muito diversas, precisamente por conta de sua constituição particular.

O sistema eclesiástico, congregacionista, próprio às Igrejas Batistas, e dentro do qual se permite uma grande liberdade de movimento às comunidades locais, facilitaria, é certo, os seus movimentos de dissidência relativamente aos organismos missionários, mas, por outro lado, haveria de limitar-lhes a amplitude. Estes cismas apareceram cedo na história da obra batista, mas só muito mais tarde haveria de eclodir um movimento de independência análogo ao da Igreja Presbiteriana e comparável a êle em número de comunidades.

Um dos primeiros brasileiros ilustres convertidos ao protestantismo batista, Wandrejasil de Melo Lins, pertencia a uma das grandes famílias de fazendeiros do Rio Largo (Alagoas). Atraído

ao protestantismo, desde 1878, em Recife, pela prédica do missionário americano J. R. Smith, mas com convicções batistas, fêz-se batizar em 1885 pelo missionário desta denominação, o Rev. Taylor. Nesse mesmo ano torna-se membro fundador da Igreja Batista de Maceió e no ano seguinte, pastor da Igreja de Recife. A *História dos Batistas do Brasil* (1) o descreve com um "homem de boas qualidades, personalidade atraente crente de convicções fortes e pregador eficiente" desfrutando de um grande crédito devido tanto às suas qualidades quanto à sua situação social, mas igualmente um caráter difícil e por vêzes arrogante; foi o criador e defensor de uma comunidade constituída sobretudo de pessoas humildes. Desde 1889 se vira em dificuldades com essa comunidade por haver disciplinado um de seus membros. Voltando a Maceió, desentendeu-se com o pastor local e foi excluído da comunhão (1890), fundando então, com os membros de sua família, uma Igreja Batista no engenho de São Lourenço, em Rio Largo. Quatro anos mais tarde obteve a sua reconciliação, graças aos esforços do missionário americano de Recife, Entzminger, retomando com êxito e proveito a direção desta Igreja. De novo em Maceió, em fins de 1899 entrou em luta com um de seus paroquianos que pretendia casar-se com a empregada do casal pastoral; excluiu da Igreja os novos esposos provocando novas dificuldades na Igreja. O Rev. Entzminger veio a Maceió, mas Melo Lins recusou a sua mediação terminando pelo "grito de Independência ou Morte" como escreve o historiador destas lutas. Dêsse incidente houve uma dissidência local que durante alguns anos manteve as Igrejas de Maceió e de Rio Largo como comunidades rivais, umas nacionalistas, outras missionárias.

Ao mesmo tempo, a Igreja Batista de Belo Horizonte se agitava em tôrno de uma questão muito semelhante (2). Fôra criada, em 1897, pelo pastor José Alves, vindo de outra denominação e que aí trabalhou com exemplar devoção batizando numerosos adeptos. Desentendeu-se, entretanto, com dois jovens missionários americanos que haviam fundado, na mesma cidade, um colégio batista. A questão terminou, após grandes discussões na comunidade, pela saída dos adversários que, abandonando Belo Horizonte, vieram para São Paulo de onde regressaram aos Estados Unidos, e pela volta de José Alves à sua denominação primitiva.

As querelas e os cismas mais importantes teriam por teatro as próprias comunidades, e só apareceriam nos primeiros anos dêste século, no Distrito Federal e no Estado do Rio. Antônio Ferreira Campos, convertido do catolicismo, presbiteriano primeiramente e colaborador assíduo do *Estandarte*, foi o principal responsável. Pastor desde 1895 da Igreja Batista de S. Fidelis (Estado do Rio), fundada no ano anterior, emprestou-lhe um grande desenvolvimento destruindo-lhe ao mesmo tempo a harmonia, dominado por seu

(2). — *Ibidem*, pág. 170-171.

espírito polêmico. Havendo logo abandonado o ministério, a êle voltou em 1899 para dirigir a principal comunidade dêste campo de missão, fundada em Campos pelo missionário Ginsburg, tomando mais, em suas mãos, a direção do jornal *As Boas Novas*, igualmente fundado por êste missionário que tinha em Antônio Ferreira a mais alta confiança. Em 1900, entretanto, Ginsburg partiu da região de Campos para dirigir o trabalho batista em Recife; e ao que parece foi após à sua partida que Antônio Ferreira se desentendeu com a Missão, organizando contra elas, em 1900, a “União Batista Fluminense” de espírito hostil aos americanos, e constituída de comunidades a êle submetidas ou sob sua influência. Quando um novo missionário, o Rev. Albert L. Dunstan, se instalou em Campos, em abril de 1902, para, com a colaboração de Antônio Ferreira dirigir tôda a obra do leste do Estado do Rio, Antônio Ferreira procurou por todos os meios obrigá-lo a partir insistindo, por outro lado, na volta de Ginsburg que, aliás, parece se haver prestado a estas manobras. Os artigos violentos que então publicou nas *Boas Novas* o inimizaram com todos os americanos, menos Ginsburg, seu amigo e protetor. Reeleito pastor de Campos após uma partida simulada, aproveitou-se do fato de que sua Igreja, em sua grande maioria, lhe era favorável, para excluir da lista de seus membros, em janeiro de 1903, o missionário Dunstan, sob pretexto de que êste se recusara a mudar de campo de trabalho. Logo após, os raros partidários de Dunstan foram excluídos e Antônio Ferreira declarou que nada mais queria com o *Comité* missionário de Richmond.

Em resposta, os missionários americanos e os pastores sob sua obediência (tendo à frente o pastor da Igreja do Rio, Soren) declararam opor-se à reintegração de Antônio Ferreira “como pregador ou empregado, a qualquer título, da denominação batista, em qualquer parte do Brasil ou do mundo”. Antônio Ferreira foi entrevistar-se com Ginsburg, em Recife, e de sua volta declarou pela imprensa local (em 10 de setembro), que a comunidade de que êle era pastor se declarava independente, recusando qualquer auxílio da Missão de Richmond, e que não aceitaria qualquer missionário. Lembremo-nos de que o Brasil, a êste tempo, estava em plena efervecência anti-americana, pelo fato da guerra de Cuba, e que Carlos Pereira, entre os protestantes, acabara de dar o exemplo da autonomia pelo cisma (31 de julho). Antônio Ferreira foi seguido por várias outras Igrejas da mesma região e poderia ter ali constituído uma organização batista independente, com grandes possibilidades de êxito, não fôsse êle um “instável”. As experiências por que passara o afastaram do protestantismo e a 25 de novembro publicou no jornal de Campos, uma carta em que declarava voltar para a Igreja Romana. Teria êle, com esta decisão inesperada, ou com suas últimas agitações, pretendido que a sua comunidade lhe seguisse o exemplo? A *História dos Batistas do Brasil* não lhe emi-

presta aquela intenção, e a verdade é que a sua antiga Igreja o destituiu do ministério, excluiu-o da lista de seus fiéis, ao mesmo tempo que readmitiu o missionário Dunstan e seus partidários.

Dois anos mais tarde as comunidades do Distrito Federal, menos a Primeira Igreja Batista do Rio, firmemente dirigida pelo pastor Soren, se veriam em querelas análogas. Estas comunidades menores, tais como as de Engenho Dentro, de Sapucaia, de Barão de Aquino, de Peão e de Santa Cruz manifestaram-se hostis aos missionários, havendo as duas últimas tornado-se dissidentes. Ao todo, estas comunidades contavam 476 membros professos sobre 701, o número total de fiéis deste campo de missão. O cisma que durou vários anos só terminou em 1910 (3).

Nas províncias do sul, os batistas alemães haviam começado, em 1893, uma obra evangélica em Linha Formosa (Rio Grande do Sul), e fundado posteriormente outras comunidades florescentes. Originariamente espontâneas, permaneceram autônomas até 1909 quando passaram aos cuidados da missão batista alemã de Filadélfia. As querelas entre pastores locais levaram logo Friedrich Leimann, pastor de Linha Formosa, a organizar uma "Convenção Batista Alemã do Rio Grande do Sul", que se separou de Filadélfia, e à qual o seu rival Friedrich Matschulat e a Igreja de Porto Alegre permaneceram estranhos. Em 1912, pretendendo o missionário americano Dunstan, da Missão de Richmond, criar no Rio Grande do Sul, Igrejas a êle subordinadas, teve de enfrentar os batistas alemães que contra êle se puseram em luta (4).

Ao mesmo ano, a comunidade batista (brasileira) de Belo Horizonte, fundada em 1896, passava pela crise anti-missionária. O missionário Crosland, tomando-a a seus cuidados acreditou que a melhor maneira de reerguê-la seria dissolvê-la e reconstituí-la. Encontrava-se ela moribunda e sob a direção de um diácono. Mas somente dez de seus membros acompanharam o missionário; o resto da "velha" Igreja despertou para recusar esta reforma e criar um grupo dissidente, sem nenhum contacto com a Missão, e que, aliás, logo desapareceu (5).

As causas de tôdas estas querelas, foram, ao que parece, incompatibilidades pessoais. Assim aconteceu que não tiveram grande repercussão e logo desapareceram. A primeira crise com fundamento dogmático, e por isso capaz de grande desenvolvimento (como de fato aconteceu) surgiu da discussão da "questão maçônica" nesta denominação.

Era o eco da luta empreendida por Carlos Pereira e seus partidários que, do campo presbiteriano, se transportava para o ba-

(3). — *Ibidem*, t. I, pág. 278-283 e t. II, pág. 207-28.

(4). — *Ibidem*, t. I, pág. 316-317 e t. II, pág. 236.

(5). — *Ibidem*, t. I, pág. 215-216.

tista. E fôra precisamente um pastor presbiteriano, de tendência anti-maçônica que, no momento da constituição da Igreja Independente, viera lançar em Maceió o que Salomão Ginsburg, maçom convicto, chamou de “a semente anti-maçônica, de um espírito jesuíta e farisaico” (6). A Igreja batista desta localidade, convencida da tese de Carlos Pereira, decidiu, em novembro de 1905, excluir de seu corpo os membros maçons. Ora, seu pastor, Pedro Falcão, pertencendo às Lojas, e autorizado pela sua Igreja que lhe pagou as despesas de viagem, foi consultar os missionários a propósito daquela decisão. E a resposta que trouxe foi uma ordem para suspender-se a interdição contra a Maçonaria, sem o que a Missão cancelaria a sua contribuição financeira de 245 cruzeiros, sobre 335 despendidos mensalmente com o aluguel da sala e ordenado pastoral. A resposta da Igreja não poderia ser outra: recusar “cordialmente” — o que fez em 25 de dezembro — o auxílio da Missão! A maioria anti-maçônica contava então 165 membros, incluídos três diáconos e quatro evangelistas. Com o pastor havia apenas um evangelista e vinte um fiéis; e somente não cerrou as portas da sala de cultos de medo, disse êle, de que seus adversários lhe carregassem os móveis. A maioria dissidente constituiu então, a 26 de dezembro, a Igreja Batista Independente, tendo como pastor o Rev. Sandes, da Igreja de Nazaré (Pernambuco). Quando mais tarde o pastor Sandes se reconciliou com a Missão, os dissidentes tiveram por pastor a Manuel Virgínio de Souza, consagrado pelo próprio Rev. Sandes que protestou alegando que a consagração que fizera não era válida porque àquêle tempo encontrava-se desligado da Missão!

As outras quatro comunidades batistas de Alagoas, as de Rio Largo, Penedo, Pilar e Atalaia estavam divididas entre partidários da Missão e anti-maçônicos, havendo êstes últimos constituído comunidades “batistas regulares”. Tal como para os presbiterianos independentes a luta contra a maçonaria significava para os dissidentes uma forma de manifestar suas tendências nacionalistas e sua filiação a uma teologia ortodoxa: assim é que o autor americano do primeiro volume da *História dos Batistas do Brasil*, os compara aos batistas “hard-shell”, integristas, dos Estados Unidos. Êste cisma durou até 1910, quando o missionário R. E. Pittigrew e o pastor Almeida Sobrinho, do Pará, obtiveram da Igreja Independente de Maceió a revogação das exclusões anti-maçônicas, após o que a minoria maçônica pôs fim às suas atividades, reunindo-se todos os batistas da cidade sob a direção de Pettigrew. As demais comunidades de Alagoas seguiram-lhes o exemplo (7).

---

(6). — *Ibidem*, t. I, pág. 239-241 e t. II, pág. 62-63. Mein, pág. 27-33. Os adversários de Carlos Pereira, como vimos anteriormente, o acusavam gratuitamente de jesuitismo; acusação, aliás, perigosa para os meios protestantes.

(7). — *História dos Batistas do Brasil*, t. I, pág. 239-241 e t. II, pág. 62-63; Mein, pág. 27-33.

Afinal, a questão maçônica que havia apaixonado extraordinariamente os meios presbiterianos, determinando-lhes uma cisão importante e duradoura, despertou pouco interesse entre os batistas. O movimento anti-maçônico não fôra para os batistas mais do que uma imitação, sem necessidade real, e portanto, sem força nem extensão. A oportunidade para as dissidências, entretanto, tivera para os batistas uma importância considerável: tal como os presbiterianos também êles sentiam a pureza evangélica, e se os motivos profundos que assim se exprimiram em movimentos dissidentes — o desêjo de uma independência eclesiástica, a necessidade de uma teologia mais segura, a reação contra o pragmatismo americano — não tiveram os mesmos resultados vistos entre os presbiterianos, é que não haviam alcançado ainda a mesma força. Tem-se dito que somente vinte anos mais tarde, quando o movimento batista brasileiro alcançou a mesma idade em que o presbiterianismo experimentava a sua crise de maioridade, é que também êle teria a sua. E o que vemos é que também na história dêstes corpos vivos que são as Igrejas, a imitação tem menos importância que a evolução própria de seus estados de juventude, maturidade e velhice.

Em 1922, quando teve início a grande crise batista, a questão maçônica já não apresentava mais a mesma novidade suscetível de justificar um movimento eclesiástico. E êle aconteceu por conta de um outro pretexto, de uma simples questão pessoal entre indivíduos cuja própria humildade, comparada ao surto violento de fundamentalismo nacionalista que se provocou, evidencia bem tratar-se ali de um mero pretexto — a verdadeira razão é que os batistas já haviam alcançado o grau de experiência e de maturidade em que, também êles, deveriam sofrer a crise de sua emancipação.

**A questão do ensino e a agitação nacionalista entre os batistas do Norte (8).**

Com a redistribuição das atividades da Missão batista de Pernambuco, em 1920, entregando-se ao missionário Muirhead a direção do Colégio Batista de Recife, dirigido por muitos anos pelo seu colega Hamilton, e a sua pronta recusa em ver-se assim reduzido às funções de professor, surge nova crise no seio da denominação batista, ao norte do país. Ao que parecia tratava-se de uma questão interna da Missão americana, competindo ao *Comité* de Richmond a sua solução: e o seu secretário, o Rev. J. F. Love ali esteve em meados de 1922. Seus esforços foram inúteis; a Convenção Batista nacional (9) reunida em Recife em 1920, ao momento em

(8). — *História dos Batistas do Brasil*, t. II, pág. 161-191. De seus autores, o primeiro seria um dos líderes do movimento autonomista, e o segundo um de seus adversários mais combativos.

(9). — As Convenções, regionais e nacionais, têm nas Igrejas Batistas o papel que os Sinodos regionais e a Assembléa Geral (hoje, Supremo Concílio) tem nas Igrejas Presbiterianas, tal como, entre os metodistas, os Conselhos regionais e o Conselho Geral.

que a questão se apresentara, já tomara partido. Hamilton encontrara na Convenção numerosos partidários entre os representantes das Igrejas do Brasil setentrional que procuraram fazer tornar-lhe às mãos a direção do Colégio, nada conseguindo. Assim se iniciou um conflito, conseqüente ao qual houve um cisma por muito tempo de grande importância e que, trinta anos após, não se solucionou totalmente.

O próprio destino desta querela mostra bem não se tratar, mesmo em seu início, de uma simples questão pessoal. As "histórias pessoais", quando se mostram assim duradouras são apenas a manifestação de oposições mais profundas e certamente mais legítimas, que não se podem explicar pelo simples encontro de temperamentos ou de ambições, como pretendem alguns espectadores "avisados". Se os batistas brasileiros do Norte tomaram o partido de um missionário contra a Missão, é que duas questões de princípio estavam em jôgo — as mesmas que existiram nas iniciativas de Carlos Pereira: a do ensino e a da direção nacional da obra.

Os propagandistas batistas, brasileiros e mesmo americanos, se mostraram inicialmente desinteressados por todo meio de evangelização que não se exercesse de maneira direta, enquanto que presbiterianos e metodistas fizeram acompanhá-la da fundação de colégios paralelamente à fundação de Igrejas. É o que observa explicitamente o missionário e historiador Crabtree (10).

Ainda que de interêsse puramente teórico, continuemos a citação pois aí se encontram claramente expostas as razões pelas quais os missionários americanos se ligaram aos colégios, razões que se reduzem tôdas à criação de uma atmosfera cultural e social, de uma civilização, que se acreditava necessária à evangelização:

"Nós evangélicos estamos plenamente convencidos da superioridade dos nossos ideais, mas o povo culto em geral não aceita o Evangelho antes de ficar convencido da superioridade da cultura evangélica. Afinal de contas, a evangelização do Brasil implica no conflito dos dois sistemas de civilização (católico e evangélico), e o resultado dependerá da possibilidade de demonstrar a superioridade do cristianismo evangélico. Não será fácil no Brasil onde a vantagem do treinamento dos séculos está com os católicos. Os ideais, o modo de pensar, as instituições políticas e domésticas, os costumes e hábitos sociais do povo, o coletivismo social são influenciados e formados pela religião católica, e naturalmente resistem até entre os próprios evangélicos aos princípios de democracia e individualismo. Não obstante o poder maravilhoso do Evangelho na transformação imediata dos ideais dos indivíduos, a superioridade das doutrinas batistas não será demonstrada ao povo brasileiro exclusivamente no campo da evangelização. O povo ficará convencido pelos frutos do Evangelho. É justamente no campo da educação que o Evangelho produz os seus frutos seletos e superiores, homens preparados para falar com po-

(10). — História dos Batistas do Brasil, t. I, pág. 125.

der à consciência nacional O Evangelho encerra os princípios de democracia, individualismo, igualdade de direitos, liberdade intelectual e religiosa... Não é por acaso que nos países onde o catolicismo predomina há quase sempre maior percentagem de analfabetismo" (11).

Na verdade, os magníficos resultados obtidos pelos pregadores batistas desde o seu aparecimento no Brasil, foram conseguidos fora de tódta atmosfera e de tódta civilização "evangélica". O Evangelho havia normalmente precedido aos seus frutos, e nem o "povo culto" deixou de ser alcançado, como mostram as conversões dos Nogueira Paranaguá e dos Lins. Poder-se-ia mesmo dizer que seus resultados foram maiores sempre que o Evangelho se apresentou por si mesmo, na sua nudez original, sem acompanhamentos humanos pretendendo proteger-lhe ou facilitar-lhe a tarefa. Estes acompanhamentos humanos, entretanto, mais cedo ou mais tarde se apresentam sempre, sob a forma de instituições religiosas e políticas, e de uma "civilização cristã". Se estas instituições são em menor número no protestantismo (pelo próprio fato de ser êle mais novo e mais dividido), a noção de civilização e de civilização progressista, nele ocupa um primeiro plano. Daí deriva precisamente, em favor da Reforma, uma apologética a que chamaremos positivista, por se assemelhar àquela de Comte e Maurras, em outros tempos, a favor do catolicismo, louvado e defendido por conta de suas vantagens sociais e práticas. Os Reformadores, e especialmente Lutero, não a pretenderam; só mais tarde é que ela se desenvolveu nos meios calvinistas e em outros meios ligados ao calvinismo, daí passando às obras de Mme. de Staël, de Benjamin Constant, de Guizot, até às de Edgar Quinet, de Prevost-Paradol, de Renouvier, de Taine, de Laveleye e de Renan. Mas o espetáculo de suas guerras e a miséria de seu proletariado ensinaram finalmente à Europa que não se pode de forma alguma, falar em "civilização cristã", nem católica nem protestante; e esta apologética se tornou assim o monopólio de nações ou de grupos sociais que ainda não ultrapassaram as experiências de sua própria infância.

Os primeiros propagandistas do protestantismo no Brasil não haviam sentido aquela necessidade. Quando os missionários presbiterianos pretenderam realizar a evangelização por meio de seus colégios, Carlos Pereira se opôs em nome da evangelização pura e simples. Dissemos que os batistas por muito tempo se mantiveram nesta linha, e algumas tentativas, como a do Colégio Industrial Batista da Bahia (1894) duraram pouco, não conseguindo sequer despertar o interesse do *Comité* de Richmond (12). Mas, ao que nos contam, os missionários batistas aqui no Brasil observaram o grande êxito obtido pela obra "educacional" dos presbiterianos, metodistas e

---

(11). — *Ibidem*, pág. 126-127.

(12). — *Ibidem*, pág. 93-94.



outros. E ao mesmo tempo em que Carlos Pereira lutava em sua denominação por esclarecer as desvantagens da evangelização indireta, os batistas procuravam servir-se dela. Conseguiram, e as suas iniciativas tiveram maior êxito que se poderia esperar, mas com o sacrifício de princípios preciosos às suas Igrejas.

Em 1898, um de seus prosélitos a quem já nos referimos, o capitão da guarda nacional, Egídio Pereira de Almeida, aproveitandose de suas relações na alta sociedade da Bahia, fundou, com a espôsa do missionário Taylor um grande Colégio que recebeu mais tarde o nome de Colégio Americano Egídio. O Secretário da Educação do Estado da Bahia compareceu à inauguração e o Rev. Taylor, em carta ao *Comité* de Richmond, não se esqueceu de mencionar a sua presença, não se preocupando em indagar se suas relações com as autoridades e o apóio recebido por tal personagem não constituíam uma violação desta independência com relação aos poderes públicos tão cara aos batistas. Os fundadores do Colégio se felicitaram ainda pelo fato de seus 120 alunos pertencerem às “melhores famílias” (13). A situação continuava favorável nos anos seguintes. Sabe-se que em 1901, o colégio mantinha excelentes relações com as autoridades, o que contribuiu para que cessassem as perturbações que até então sofreram os cultos batista na Bahia; e que, em 1903, dentre os 130 alunos, sempre “das melhores famílias da cidade”, se encontravam os filhos do chefe de polícia, os de um antigo ministro do Império, os de professores da Faculdade de Medicina, etc. Quanto aos resultados religiosos do empreendimento, um histórico certamente cuidadoso a êste respeito, sòmente nos fala do batismo de três moças que, depois, se consagraram à obra evangélica. Teria êsse resultado parecido insuficiente? Ou teria o Colégio sofrido uma redução prolongada de seu corpo discente com a peste de 1904? O fato é que dez anos mais tarde não passava de uma instituição paroquial que apenas servia ao próprio meio batista. E assim, em 1922, foi êle transportado para Jaguaquara (14).

O segundo grande colégio fundado pelos batistas, no Brasil, foi em São Paulo, em 1902, pela espôsa do Rev. Bagbie, com 60 alunos “das melhores famílias” (15). Em 1904 o “Colégio Progresso Brasileiro” contava 90 alunos; em 1906, 130; em 1907, 165. Transformou-se depois, mais francamente, em “Colégio Batista Brasileiro”, instalando-se em soberbos edifícios, e ali criando sucessivamente uma Escola Normal, reconhecida pelo Estado, um curso comercial, um curso de ciências domésticas, uma secção de odontologia, tornando-se assim quase “uma espécie de Universidade em miniatura”, a segunda entre os estabelecimentos americanos de São Paulo, pois o Mackenzie mantinha prioridade na reivindicação dêste título, um

---

(13). — *Ibidem*, pág. 125.

(14). — *Ibidem*, t. I, pág. 154-155, 247-249; t. II, pág. 104.

(15). — *Ibidem*, t. I, pág. 302.

pouco pródigo da parte dos educadores dos Estados Unidos. Também ali, houve três batismos (16).

O terceiro colégio fundado foi em Recife, em 1906. Teve o nome de "Colégio Americano Gilreath" e a sua fundação se deve ao missionário Canadá. Nas mãos de missionário Muirhead, que o dirigiu a partir de 1907, desenvolveu-se bem precipitadamente: 32 alunos, nessa data; 77 em 1908; mais de 80 ao ano seguinte. Instalando-se em 1917 na antiga morada dos Barões de Soledade, também nele se criaram uma escola normal e um curso comercial (17).

No Rio, o "Colégio Batista Americano-Brasileiro", fundado por iniciativa do missionário Shephard, foi inaugurado em 1908. O Dr. Shephard pretendeu torná-lo logo uma instituição modelo, da mesma natureza, de iguais princípios e do mesmo nível que o Colégio D. Pedro II. Cedeu à pressão dos outros missionários que, tal como Horácio Lane e seus colegas do Mackenzie, afirmavam como um dogma a superioridade dos métodos pedagógicos norte-americanos. A Missão de Richmond participou de início daquela oposição, mas após a visita do secretário das Missões Estrangeiras, renunciou o seu ponto de vista e o Colégio, equiparado, contava em 1911, 200 alunos "alguns dos quais, das mais altas famílias" da capital. Instalado em uma propriedade aristocrática, a chácara do Barão de Itacurussá, também ele teve a sua escola normal (e mais uma escola normal batista, para a preparação de professores das escolas primárias da denominação) (18).

Com a criação em Friburgo, em 1910, de um colégio transportado em 1914 para Campos, onde se tornou o modelo das instituições similares no Estado do Rio (19), a do Colégio Batista Mineiro, em Belo Horizonte, pelo missionário Maddox (20), a do Colégio de Maceió, em 1921 (21), e finalmente a do Instituto Industrial Batista de Corrente (Piauí), com uma fazenda de criação de 100 cabeças, em 1922, por iniciativa dos Nogueira Paranaguá (22), completava-se o círculo de estabelecimentos de ensino necessários à época de que tratamos. Dessa forma reganhavam os batistas, com maiores vantagens, o tempo em que outras denominações se haviam dedicado a obra educacional; nem presbiterianos, nem metodistas, estavam melhor aparelhados.

O ensino da teologia, para a preparação dos futuros pastores, teve uma história igual: tardiamente apenas é que se procurou assegurá-lo de forma sistemática. Tal como seus primeiros colegas presbiterianos, os missionários batistas se contentaram de início com a preparação pessoal de alguns candidatos ao ministério: assim, em

---

(16). — *Ibidem*, t. I, pág. 307, 310; t. II, pág. 32, 103.

(17). — *Ibidem*, t. I, pág. 233.

(18). — *Ibidem*, t. II, pág. 24-28, 95-98, 250.

(19). — *Ibidem*, t. II, pág. 108.

(20). — *Ibidem*, t. II, pág. 104-105, 217-220.

(21). — *Mein*, pág. 107-111.

(22). — *História dos Batistas do Brasil*, t. II, pág. 105-106.

1901, o Rev. Taylor tinha, em São Paulo, três candidatos aos seus cuidados, dois dos quais desistiram (23). Mas, a simples preparação pessoal era insuficiente, como escreve seu homônimo Z. C. Taylor, missionário na Bahia: "Não basta plantar. Precisamos cultivar. Estamos precisando agora de pessoas idôneas para ensinar os membros de nossas igrejas. Um ministério preparado é um poder. Uma classe treinada nos traria muito prestígio e progresso" (24). E o primeiro destes cursos foi aberto em Recife, em 1902, pelo missionário Canada, constando de seu programma o estudo do Antigo e do Novo Testamento, da teologia, da homilética e do inglês. Os estudantes apareceram: eram dez no primeiro ano e em 1905, já eram trinta. Estes estudantes, entretanto, eram muitas vezes prosélitos sem nenhuma instrução, o que não lhes impedia, nessa época, de pertencerem às "melhores famílias" do sertão: um deles, Manoel G. Cavalcanti ainda não sabia ler ao chegar ao Seminário e ao deixar o Seminário, na primeira turma de formandos, era um pastor instruído e destinado a um belo ministério. Para atender a estes casos o missionário Canadá fizera funcionar em seu Seminário um curso de instrução geral, do qual nasceu, em 1906, o "Colégio Americano Gilreath", de Recife, e ao qual já nos referimos. O Seminário alcançou os seus propósitos e mais tarde transportou-se com o Colégio, para a bela morada de Soledade (25), tendo como seu diretor o missionário Hamilton, encarregado dos dois estabelecimentos. Ao sul, no "Colégio Batista Americano Brasileiro", do Rio, desde a sua abertura em 1908 existia um Seminário Teológico que teve o maior êxito que se poderia esperar: de 8 alunos, em sua fundação contava 50 em 1925 (26). Uma iniciativa ousada para esta época e para um protestantismo que ainda em nossos dias não acredita no ministério feminino cada vez mais aceito na Europa, abriu-se em Recife uma "Escola de Trabalhadoras Cristãs", com o fim de assegurar aos batistas, especialmente aos do norte, colaboradoras experimentadas de que as Igrejas, em seu trabalho social e de ensino que deveria acompanhar a evangelização, não poderiam prescindir (27).

Os batistas brasileiros mantinham assim um belo círculo de estabelecimentos de ensino. Auxiliaram ativamente aos missionários em seu empreendimento, quando não foram eles mesmos quem tiveram a iniciativa, como aconteceu com o capitão Egídio Pereira e o Colégio da Bahia. A situação destes estabelecimentos, e especialmente a dos seminários, com relação à Missão americana, não era

(23). — *Ibidem*, t. I, pág. 186.

(24). — *Ibidem*, pág. 250.

(25). — *Ibidem*, t. I, pág. 185-186, 230; t. II, pág. 30-31, 98.

(26). — *Ibidem*, t. II, pág. 24-28, 98, 251.

(27). — No Jornal Batista de 6 de abril de 1950 encontra-se um noticiário interessante sobre as dez alunas diplomadas naquele ano, que é o trigésimo primeiro desde a fundação da Escola, sobre o seu passado eclesástico e religioso, e seus propósitos.

sempre a mesma. Desde a sua criação, o Colégio e o Seminário do Rio dependeram da Convenção Batista Brasileira, instituída ao ano anterior, e que, embora mantendo em seu seio os missionários, era a representação de um movimento batista autônomo do Brasil. O Seminário de Recife, mais antigo, e os demais estabelecimentos de ensino desta cidade, pertencentes à denominação, dependiam exclusivamente da Missão americana, até que os protestos dos representantes das Igrejas do Norte fizessem a Convenção Batista de 1918 tomá-los a si. Esta diferença de tratamento haveria de despertar o nacionalismo destas Igrejas, ou pelo menos de seus pastores e delegados, levando-o a manifestações extremas. Assim se explica porque estas Igrejas e pastores fizeram suas as acusações dirigidas contra a Missão e que haviam sido feitas, ao que se diz, pelo missionário Hamilton que, aliás, fôra diretor e professor de grande número destes pastores que o amavam com justas razões. Em 1920 não haviam conseguido fazer tornar-lhe às mãos a direção do Colégio, e a visita do secretário do *Comité* missionário de Richmond de nada aproveitara. Em outubro de 1922 — às vésperas da Convenção batista regional que deveria reunir-se em Gravatá (Pernambuco), os quinze pastores brasileiros que deveriam tomar parte enviaram aos missionários daquele campo um memorial em que os considerandos eram tão significativos quanto as proposições (28):

“considerando as grandes oportunidades que o campo oferece para a evangelização, notadamente no vasto interior dos Estados; considerando que tais oportunidades estão sendo negligenciadas, especialmente as do interior, por falta de uma orientação adequada e pela deficiência de planos;

considerando a urgência de uma cooperação mais ampla, cordial, inteligente e imparcial, de que resulte o aproveitamento de todos os recursos e esforços;

considerando, finalmente, a contraprodução de centralizar a direção desta fase primária do trabalho batista nos missionários, como tem sido a tendência iniludível até aqui com prejuízo de uma divisão equitativa das responsabilidades...”

As proposições apresentadas à Missão eram igualmente duras e categóricas: solicitavam que a direção da obra de evangelização propriamente dita ficasse exclusivamente nas mãos da Comissão Executiva da Convenção Regional; 2.º) que a ela se endereçassem todos os recursos destinados à obra espiritual, os ordenados pastorais, etc., provindos de Richmond ou das próprias Igrejas locais; 3.º) que a causa da evangelização do Brasil fôsse colocada em proporção justa com relação à educação. Este memorial significava, a um só tempo, a substituição dos missionários na obra propriamente religiosa e eclesiástica, e a rejeição a plano inferior, como necessidade secundária, da obra educacional que se mostrou sempre tão cara aos Americanos do Norte.

(28). — *História dos Batistas do Brasil*, t. II, pág. 163.

Os missionários (em número de treze, sem contar, naturalmente, Hamilton) responderam imediatamente. No início de sua carta, *ad homines* especialmente, lembraram que os Brasileiros se haviam encontrado na mesma dificuldade em sua obra missionária em Portugal. A missão batista portuguesa, obra filiada ao movimento batista brasileiro, lhes havia dirigido as mesmas exigências de autonomia que agora êles, brasileiros, dirigiam aos representantes de Richmond — sendo que, daquela vez, tais exigências foram recusadas. Ora, disseram os Americanos: “nossas relações para com o *Comité* de Richmond são semelhantes às que existem entre vosso missionário (em Portugal) e vosso *Comité* de Recife”; e somente o *Comité* de Richmond poderia decidir a respeito das exigências dos pastores do Norte pois que o trabalho missionário organizado no Brasil é semelhante ao de 19 outros países onde, há 75 anos, o *Comité* os acompanha para o próprio benefício de seus 900 milhões de habitantes.

Esta carta dos missionários terminava com a promessa de continuarem a trabalhar cordialmente com os pastores nacionais; mas a Convenção Regional que se reuniu nos primeiros dias de novembro se mostrou reservada a propósito, enquanto a assembléia votava o Memorandum dos pastores e elegia uma nova Comissão Executiva cujo secretário-correspondente, o pastor Adrião Bernardes, era a alma do movimento de independência. Posteriormente, os missionários se mostraram contrários à grande campanha de evangelização à qual se haviam entregue os pastores nacionais, conforme às decisões desta Convenção.

Perdidas as esperanças de um entendimento com os missionários, os pastores do Norte se dirigiram ao *Comité* de Richmond que se furtou a qualquer atitude. A reunião extraordinária da Convenção Regional, celebrada em Recife, em fevereiro de 1923, foi boicotada pelos missionários, tendo a ela apenas comparecido o missionário E. A. Hayes que ali viera para uma tentativa de mediação. O secretário-correspondente da Comissão Executiva, o pastor Adrião Bernardes, leu então, a propósito, um manifesto ao povo batista da *Convenção Batista Regional*, cuja impressão foi imediatamente votada (29).

Em suas primeiras linhas êste manifesto refuta, com muita habilidade e de forma tácita, a acusação de nacionalismo e de xenofobia dirigida pelos missionários contra os membros da Convenção Regional, procurando identificar a atitude da Convenção a manifestações idênticas que se viram nos Estados Unidos, especialmente à “insurreição” que, em novembro do ano anterior, agitara a Convenção Batista do Texas. Em outra citação, de um batista norte-americano, se procura indicar a razão profunda desta agitação nos

---

(29). — Folheto de 13 páginas, Recife, 13 de fevereiro de 1923.

dois países: “parece existir em tôdas as Convenções... uma tendência em manter um pequeno grupo em posições de comando ao seio das diferentes Comissões e de aí conservá-lo até a morte”. Um outro pastor norte-americano observava que a insurreição havia em todos os campos batistas, e que tanto mais depressa se corrigissem as más causas desta luta, mais depressa se terá a paz. As imagens do Rev. Adrião Bernardes eram mais violentas: pedia que se destruissem, a dinamite, aquelas paredes demasiadamente apertadas... O grupo do qual se pretendia retirar a direção — e que nela se eternizara, era o dos missionários, contra quem o impetuoso pastor se encolerizara, como se observa pelos termos violentos com que, em seu Manifesto, a êles se refere (30). A ruptura estava para acontecer, e um incidente a mais a tornaria oficial.

(30). — Apesar de nossos insistentes esforços em obter do sr. Adrião Bernardes o referido manifesto, de sorte a reproduzir aqui com absoluta fidelidade as citações com que o autor ilustra esta passagem, somos finalmente obrigados a revertê-las ao português, a partir da tradução francesa em nosso poder. Não nos foi igualmente possível encontrar o mesmo manifesto em mãos de vários outros pastores e representantes ilustres do movimento batista, aos quais solicitamos. Lamentando esta falta, daremos a seguir a tradução das passagens selecionadas pelo autor. (Nota do tradutor).

“Os missionários demonstraram que não sabem trabalhar sem ter a direção de tudo. Eles nos recusam o direito de dirigir o trabalho, retratando-nos todo o apoio espiritual e financeiro que poderiam dar a esta Convenção, precisamente quando ela decide assumir a direção do trabalho de evangelização. Eles só pagam para mandar, pois, segundo a teoria de um deles, manda quem paga!

Nossos bem amados irmãos, os missionários, não estão convencidos de que sejamos capazes de nos governarmos... É pensamento do governo americano com relação aos Cubanos e Filipinos, e em parte, com relação a quase todos os povos da América Central e da América do Sul... O povo batista brasileiro é inferior aos outros povos? Do contrário, por que não terá êle capacidade para dirigir os seus próprios trabalhos?... Até quando hão de os missionários querer ter-nos sob sua tutela, como crianças?... Sua missão aqui é a de auxiliar-nos, a desenvolver o trabalho e não a de dirigi-lo perpétuamente, como se êles não se ocupassem inteligente e sinceramente de desenvolver as forças nacionais dando-lhes a oportunidade de dirigir e de servir.

Nossos irmãos missionários reclamavam a falta de obreiros e por essa razão, diziam êles, é que não os enviavam ao interior. A experiência de nossa Comissão Executiva é outra. Ela tem os obreiros mas não tem recursos financeiros para promover o trabalho em cooperação com as Igrejas. Em menos de 60 dias ela poderia ter seis ou oito obreiros residindo e trabalhando neste interior tão criminosamente esquecido, mas ela não tem dinheiro para transferi-los e ali mantê-los”.

Comentando estas passagens o autor observa: é que os missionários mantiveram em suas mãos “tôdas as propriedades das Igrejas” e mais “a hospitalidade sem jaça de nossos corações tão inclinados à gratidão e à obediência, o que tão bem êles souberam explorar”. O final era triste, o que explica que o redator do manifesto, ainda que externando sinceramente o seu amor pelos missionários tenha dito: “Si o reconhecimento há de tornar-me um autômato, eu deixarei de ser reconhecido para ser livre e autônomo”. O manifesto, em conclusão, admitia que os missionários poderiam ser dispensados, se necessário, e terminava por um apêlo à evangelização, e que adiante transcrevemos, servindo-nos, igualmente, da tradução francesa:

“Vós, os enviados a esta Convenção, levantai o estandarte de nossas reivindicações. Informai ao povo batista de todo lugar, esforçai-vos por reunir as forças de trabalho e, unidos, continuai no nobre e glorioso propósito de evangelizar esta região, com ou sem o auxílio da Missão... O general Foch disse que a direção dos negócios militares não repousa sobre a mais alta das patentes do exército, mas sobre a última”.

**A questão do Seminário de Recife e a ruptura.**

A juventude não estava ausente destas lutas. Já se havia ela manifestado em muitas outras questões que agitaram as Igrejas Batistas do Brasil setentrional e que terminaram pela extinção das Associações de Jovens batistas. E como era de se esperar, em se tratando de futuros pastores e de futuras colaboradoras, os estudantes do Seminário Teológico de Recife e da Escola de Trabalhadoras Cristãs, se puseram ao lado dos pastores brasileiros

A direção do Seminário se encontrava tomada pelas mesmas querelas que agitavam o Colégio. O seu *Comité*, composto de brasileiros, acusava cruamente o diretor do Seminário, W. C. Taylor, de incompetência e até mesmo — o que reproduz, de certa forma, a luta dos presbiterianos contra Horácio Lane — de falta de espiritualidade. Alguns membros do *Comité* lhe haviam mesmo interdito o direito de proceder ao orçamento e ordenar os pagamentos. Encorajados por estas circunstâncias e levados pelos líderes do “movimento” os estudantes se mostraram de tal sorte agitados que foram chamados à ordem pelo seu diretor. Mais tarde, uma semana após ao aparecimento do *Manifesto ao povo batista*, na manhã de 20 de fevereiro, uns trinta estudantes deixaram o Seminário onde só ficaram dois de seus colegas. As moças da Escola de Trabalhadoras Cristãs, igualmente umas trinta, seguiram-lhes o exemplo. Distribuídas pelas famílias de Recife, era tal o entusiasmo e a determinação da Igreja que, partindo do nada, ela pôde quase que imediatamente reinstalar o Seminário e criar um colégio rival ao colégio missionário: era o Colégio Batista Brasileiro.

Os líderes do movimento nacionalista estavam assim em vias de se constituírem como uma dissidência organizada, com tôdas as instituições necessárias. Estas conseqüências — como já observamos em geral para todos os movimentos dissidentes, lhes eram penosas; e é certo que procuraram evitar o cisma. Com o propósito de encontrar uma solução pacífica e com a esperança de conseguir do *Comité* de Richmond a revogação dos atos de seus missionários, os pastores nacionais enviaram aos Estados Unidos o professor A. N. Mesquita (31), a quem haviam encarregado da direção do Seminário, e que levava consigo as “Bases de Cooperação” inspiradas no memorial de 1922. O Conselho Executivo da Convenção Batista Regional receberia e distribuiria a doação consagrada pelo *Comité* de Richmond à evangelização, mas estaria aberto ao maior número possível de missionários que seriam readmitidos nas Igrejas que os houvessem excluído. Igualmente os professores e estudantes voltariam a seus lugares nos estabelecimentos de ensino da Missão, sendo que “a administração destas instituições” seria “exclusivamente

(31). — Autor do segundo tomo da *História dos Batistas do Brasil*, onde o leitor encontrará outros pormenores sobre o incidente de que tratamos.

confiada, para a satisfação do povo de Deus, a crentes membros das Igrejas batistas” e “o corpo professoral composto, na medida do possível, por crentes”. É que tal como a Missão presbiteriana em outros tempos, também a Missão batista, mais preocupada com as qualidades pedagógicas do que com a piedade de seu corpo docente, se permitira dificuldades análogas às do Dr. Horácio Lane, em São Paulo.

Assim propostos os termos da reconciliação, foram êles aceitos pelos dois partidos, tendo o *Comité* de Richmond os acolhido de bom grado. Entretanto, os missionários os recusaram. Não poderiam, responderam, ser readmitidos nas comunidades brasileiras por força de um acôrdo coletivo celebrado entre a Missão e a *Convenção Regional*, e contrário à própria autonomia daquelas comunidades. Da mesma forma não poderia aquêle acôrdo decidir da volta de professôres e alunos, questão afeta exclusivamente aos diretores dos estabelecimentos de ensino. A direção e o corpo docente destas instituições eram constituídos, em mais de 85%, por crentes ativos e os demais, simpatizantes do movimento, o que nenhum outro colégio missionário do Brasil poderia afirmar para si. Por fim, 13 Igrejas do campo missionário do Norte colaboravam francamente com a Missão, havendo outras neutras à crise, não podendo portanto ser celebrado nenhum acôrdo sem que elas fôssem ouvidas.

Estas objeções mostravam que os missionários não aceitariam o acôrdo cebrado em Richmond. Já haviam, em oposição ao *Batista Regional*, órgão da *Convenção Regional*, feito publicar o *Correio Doutrinal*; e em setembro de 1923, enquanto os brasileiros celebravam, em Recife, o Congresso das Escolas Dominicais, os missionários fizeram reunir-se, nos primeiros dias de novembro, em Olinda, um congresso que retomou o nome da antiga “*Convenção Batista Pernambucana*”, e no qual lançaram um manifesto pretendendo a organização das Igrejas fiéis à Missão. Os brasileiros, por sua vez, se propuseram a fundar uma casa editora em substituição à do Rio, havendo mesmo pretendido uma edição especial do livro de hinos da denominação, o *Cantor Cristão*.

Já não se tratava mais, a esta altura, de dissidências locais; era um vasto movimento pelo qual se interessavam tôdas as Igrejas do norte do Brasil e que tendia a alcançar o resto do país. Sua amplidão invertera os próprios termos da situação: em várias regiões, os americanos é que se viram forçados a se constituírem em dissidências minoritárias. Assim aconteceu em Recife onde, sendo a maioria favorável aos pastores brasileiros, constituíram os missionários a pequena Igreja de Capunga, onde se celebrou, em princípios de novembro de 1923, a sua *Convenção Batista Pernambucana*.



O campo missionário de Bahia-Sergipe e do interior, na maioria de suas Igrejas, aderiu ao movimento nacionalista que assim se tornou senhor da Convenção desta região (“Convenção Interestadual”) bem como do jornal *O Batista Interestadual*. Os missionários celebraram ainda uma convenção, sob o antigo nome de Convenção Batista Bahiana (reunida pela primeira vez a 5 e 6 de dezembro de 1923), e tendo como seu órgão de publicação, *O Batista Bahiano*. A seu lado tiveram ainda a região de Alagoas, dada a impossibilidade dos líderes do movimento brasileiro ali estarem a tempo, e devido também aos trabalhos do missionário americano dêste campo, o Rev. Mein (32). Entretanto, esta foi a única vitória da Missão; os demais campos do norte, aliás de menor importância, os do Rio Grande do Norte e da Paraíba, seguiram os líderes brasileiros. Na Paraíba, especialmente, os nacionalistas formaram, em fins de 1923, uma Igreja Batista Brasileira, a única que desfraldou, expressamente, a bandeira nacional.

O sul do país foi igualmente alcançado pelo movimento. O Rev. Adrião Bernardes tentou desenvolvê-lo no Rio, onde um aluno do Seminário partira para o norte afim de continuar os seus estudos no Seminário “Brasileiro” de Recife. Na capital, entretanto, o número de missionários era muito grande e a sua força ali era maior, de sorte a impedir o sucesso desta propaganda. Em São Paulo ela alcançou maiores simpatias, tornando-se seu defensor o bacharel Silas Botelho, no jornal batista local, *O Batista Paulistano*.

**O fracasso da conciliação na Convenção Batista de 1925.**

A Convenção Batista Geral, que se deveria ter reunido em junho de 1923, foi adiada por várias vezes afim de evitar-se o seu pronunciamento a propósito de uma situação que os missionários esperavam desaparecer “dentro de sessenta dias”, dissera um deles. Afinal, de 16 a 20 de janeiro de 1925, no Rio de Janeiro, ela se reuniu.

---

(32). — Para outros normenores consultem-se: *História dos Batistas do Brasil* t. II, pág. 170-177 e Mein, pág. 78-82, 112-121. E interessante observar a relação de Igrejas que o *Manifesto aos Batistas Brasileiros*, de 1925, declara pertencerem ao Movimento do Norte:

a) Igrejas da Convenção Regional: Primeira de Recife, Imperial, Cordeiro, Torre, Feitosa, Remédios, Arruda, Areias, Monteiro, Várzea, Beberibe, Ponto de Parada, Floresta em Olinda, Santo Amaro, Tigipió, Afogados, Casa Amarela, Jaboatão, Vitória, Gravatá, Morenos, Cabo, Ponte dos Carvalhos, Goiana, Tracunhaen, Nazaré, Limoeira, Itabaiana, Primeira Igreja Batista Brasileira da Paraíba, Muganga, Macambira, Cachoeira, Muribeca, Itamaracá, Segunda Igreja de Maceió, Poço, Segunda Igreja de São Luiz do Maranhão. 21 pastores e 13 estudantes do Seminário de Recife.

b) Igrejas da Convenção Interestadual: Primeira Igreja da Bahia, Mares, São José, Plataforma, Santo Antônio de Jesus, Lage, Amargosa, Mutum, Capim, Genipapo, Areia, Santa Inês, Caldeirão Casca, Boa Esperança, Rio Preto, Arroz Novo, Pedrão, Fimenteira, Gosen, Conquista, Verruga, Rodeador, Orobó, Serriinha, Irará, Bonfim, Joazeiro, Ponta, Itabuna, Pirabgy, Macuco, Rio Salsa, Belmonte, Santa Cruz, Pedra Branca, Rio Novo, Primeira e Segunda Igreja de Aracajú, Córrego Vermelho, Castro Alves, Alagoinhas, Petrolina. 15 pastores e 9 evangelistas.

Tôdas as comunidades favoráveis à Missão, ou ainda neutras, ali estiveram representadas; do Movimento do Norte, entretanto, sòmente alguns representantes estiveram presentes. Nessa ocasião os integristas publicaram um Manifesto (33) em que reapareciam, de forma ainda mais violenta, as acusações e as afirmações do Manifesto de 1923. Acusados de pretender unicamente apoderarse do dinheiro americano, e servindo-se dêsse argumento declararam não querer dobrar a espinha dorsal, ao culto a Mammon, que os nossos adversários de tal forma se esforçam por implantar entre nós. A primeira página dêsse Manifesto é impressionante (34).

A questão que se propunha tocava de perto aos americanos; se amanhã, por uma razão qualquer, os missionários fòssem chamados de volta, quem, em seu lugar executaria o trabalho da evangelização aqui no Brasil, se não se houvessem antes preparado os seus sucessores? Que razão qualquer seria essa? Pensemos na crise econômica que, realmente, obrigou as Missões de várias denominações a restringir as suas atividades. Em todo o caso a lembrança desta eventualidade era pouco discreta.

---

(33). — Manifesto aos Batistas Brasileiros apresentado pela maioria das Igrejas e pastores batistas do Norte do Brasil à Convenção Batista Brasileira. 1905, folheto de 10 páginas.

(34). — Pelas mesmas razões referidas anteriormente (nota 30), o texto que apresentamos a seguir é a reversão ao português da tradução francesa. (Nota do tradutor).

“Não somos apaixonados por dinheiro... Não somos jacobinos, inimigos dos estrangeiros, embora sejamos patriotas. O que não queremos é que o estrangeiro ou o brasileiro, se torne senhor de nossas liberdades e negue os nossos privilégios de crentes em Jesus tirando-nos as oportunidades de servir.

Nós não acreditamos que o Evangelho extirpe do coração brasileiro o amor pela sua pátria e pelas cousas da pátria, o interesse vital pelos problemas nacionais, o que êste mesmo Evangelho não fez em outras terras. Não acreditamos, muito menos, que o Evangelho deva vir sempre coberto pelo manto de disposições particulares a uma ou outra raça. Chegamos até a pensar que exatamente o mesmo Evangelho que, na Inglaterra, se adapta aos ingleses e toma características saxônicas pôde fazer o mesmo aqui no Brasil dando ao trabalho um encaminhamento e características puramente brasileiros... Mesmo aqui no Brasil, o método de trabalho adotado no Rio de Janeiro não servirá sempre para a Bahia ou para Recife, e vice-versa. Vivamos pois dentro desta liberdade que o Evangelho nos proporciona. Por outro lado, tudo ou quase tudo aqui difere dos Estados Unidos da América do Norte, e as condições religiosas do povo brasileiro, ao mesmo tempo que as campanhas sem trégua que os ultramontanos dirigem contra nós, exigem que mudemos a nossa conduta eclesiástica. Os ultramontanos espalham que nós somos “vendidos” aos Estados Unidos. Nós sabemos o quanto tal campanha é tola, ilógica e injusta, mas infelizmente alguns obreiros agem como se os Estados Unidos fòssem a nossa Santa-Sé apostólica...

Não é uma vergonha, por exemplo, que após quarenta e três anos de trabalho missionário no Brasil, a denominação não tenha conseguido formar um homem capaz de ser o redator do *Jornal Batista*? Em tantos anos êstes prodigiosos obreiros (os missionários) não chegaram ainda a descobrir e a educar um brasileiro que maneje a sua própria língua melhor que um estrangeiro?... E assim muitas outras posições na economia da denominação são ocupadas por estrangeiros... Por que tôdas as instituições que se diz pertencem à Convenção Batista Brasileira, colégios, seminários, casa publicadora e os próprios templos, comprados com dinheiro bem brasileiro, passaram ao nome da Comissão de Richmond ou de quem aqui a representa? A denominação brasileira, representada na Convenção, não possui sequer uma telha...”

O primeiro ponto de um programa positivo a ser seguido, e que representava a dolorosa visão do estado presente, era recolocar a evangelização no primeiro lugar, usurpado pelo ensino (35).

Carlos Pereira morrera cêdo demais para ver reproduzir-se, sem a sua intervenção, a campanha que dirigira contra os colégios americanos e que finalmente o conduzira ao cisma. Seria necessário que os missionários, transformados em administradores e diretores, voltassem a ser evangelistas (36).

O terceiro ponto do programa se referia à necessidade de “manter a independência e a soberania das Igrejas e do trabalho local”, ou, em termos claros, de “libertar o pensamento e a ação das Igrejas e dos obreiros reduzidos à escravidão” pelo *Comité* de Richmond e seus missionários. Se as Igrejas brasileiras eram ainda menores, tendo elas já, por duas vêzes, a maioria civil, quando se tornariam elas maiores? E afinal, o que se fazia para a preparação de sua maioria? Era necessário, especialmente, “trabalhar para a emancipação e educação do ministério nacional” que até agora era um ministério, em grande parte, de mendigos constantemente à porta dos poderosos (os missionários) implorando-lhes uma migalha e aviltando o seu caráter. Mal preparados, os dois seminários, do Rio e de Recife nada valiam; e a comodidade pessoal de seus professores impedia que pudessem êles valer para alguma cousa.

Em suma: para corrigir estas fraquezas seria necessário fazer da Convenção Batista Brasileira que até agora tem sido “um alibi artificioso, um disfarce científico e teológico”, um “puro autômato”, uma fonte de vida e de serviços, sem subordinação ou falsa participação.

A apreciação não era amável, como vemos. Mas o fato é que a Convenção Brasileira do Rio, a quem estas gentilezas foram dirigidas, soube tirar-lhes bom proveito. Os missionários ali presentes estavam de mãos amarradas com a presença do secretário geral do *Comité* de Richmond, o Dr. Love — e nós já vimos que êste *Comité*

---

(35). — A educação segue a evangelização e não a evangelização a educação. Ademais, a experiência nos ensina que as grandes quantias desviadas da evangelização e dispendidas na construção de grandes colégios prejudicam a Causa e retardam o seu progresso. A pátria brasileira jamais será evangelizada pelos colégios. São excelentes auxiliares da evangelização sempre que não se afastem da simplicidade e do poder do Evangelho, mas um verdadeiro entrave a evangelização em caso contrário. A experiência nos ensina ainda que muitos destes colégios crescem e se enriquecem na medida em que se afastam do Evangelho. Muitas famosas Universidades dos Estados Unidos são a prova irrefutável do que acabamos de afirmar. As conversões de que se faz alarde, em nossos colégios são, na maioria das vêzes, casos hipotéticos, prematuros e problemáticos. (Vide nota 30) — (Nota do tradutor).

(36). — Os missionários de outros tempos fundavam Igrejas, organizavam-nas logo, e continuavam, sempre, a procura de novos campos de missão. Os de hoje, com raras e honrosas exceções, tomam quarteiros nas grandes cidades, se instalam em grandes centros, e procuram o conforto e os meios de viver ao nível de vida de um habitante rico, cultivado e respeitável, agindo e se impondo diplomaticamente entre as igrejas organizadas, fazendo o seu pequeno trabalho de gabinete, desprezando e rebaixando, muitas vêzes os seus colegas de ministério brasileiro. (Vide nota 30) — (Nota do tradutor).

se mostrará favorável, desde o início da querela, a um acôrdo que alguns missionários fizeram fracassar. E uma nova tentativa de conciliação se fêz, sob a forma de “Bases de Cooperação” a serem propostas a cada uma das Igrejas locais, afirmando-se, entretanto, nessa ocasião, a autonomia das comunidades.

Era a renovação das Bases de 1923, propostas pelos pastores do Norte, aceitas em Richmond, e recusadas pelos missionários. As instituições de ensino deveriam ser dirigidas por *Comités* compostos, mais ou menos, de nove americanos e seis brasileiros. As contribuições americanas seriam solicitadas, recebidas e distribuídas pela Convenção Regional interessada; as Igrejas, embora recebendo tal auxílio, guardariam sua completa independência, e se alguma delas viesse a perder os seus direitos ao auxílio americano, a quantia disponível seria destinada a um outro trabalho brasileiro. Reconhecia-se a evangelização como primordial e se a entregava, senão sob forma de monopólio, pelo menos de especialidade, aos brasileiros. Cada Convenção Regional designaria uma comissão de evangelização, constituída de brasileiros e à qual só poderiam pertencer americanos que fôssem membros de igrejas brasileiras. A estas comissões estava ainda reservado o contrôle de todo o auxílio financeiro da América do Norte.

Estas Bases eram de uma amplidão admirável. Dois anos de lutas, entretanto, impediram que elas irmanassem tôdas as Igrejas interessadas. Apresentadas, a 3 de fevereiro de 1925, às comunidades da Convenção pernambucana (missionária), e da Convenção Regional de Recife (brasileira), elas foram aceitas por trinta Igrejas. Mas, entre as Igrejas da Convenção Regional houve dez ou doze que opuzeram reservas à readmissão dos membros excluídos, uma das cláusulas do acôrdo, e outras que o recusaram *in totum*. A “Convenção Batista Interestadual”, que mantinha o seu centro na Bahia, não tomou conhecimento dos trabalhos da Convenção do Rio e as Bases de Cooperação tiveram poucas conseqüências no seu campo de ação: a Primeira Igreja da Bahia as recusou e seu pastor, favorável a elas, criou uma nova comunidade que mais tarde se uniu a outra Igreja da cidade, do partido dos missionários. As cinco Igrejas de Sergipe aceitaram as Bases que foram recusadas pelos dissidentes de Alagoas, e a Igreja Batista Brasileira, de Paraíba, desistiu de hastear a sua bandeira nacional.

O apóio do Texas ao movimento do Norte e a pacificação.

A dissidência das Igrejas do norte continuaria a processar-se, muito embora houvesse a Missão reconquistado uma grande parte das comunidades. A sua atitude revelara indiscutível boa vontade e as Bases aceitas por Richmond concediam às comunidades locais uma autonomia real em face da qual já não era mais possível, aos grupos cismáticos, sustentar o seu argumento nacionalista. Subsistiam entretanto, as acusações contra o autoritarismo dos dirigentes da “Southern Baptist

Convention”, de Richmond, e que agora era mais uma questão de princípio. A seu lado estava uma forte minoria de batistas americanos saídos daquela Convenção, e em oposição à qual haviam organizado a “Baptist Association of Texas”, que já intervira nas questões batistas do Brasil (37). O missionário Hamilton, cujos desentendimentos com seus colegas e compatriotas fôra a origem do Movimento do Norte, tornou-se o encarregado do órgão missionário da Associação do Texas, recebendo o pastor A. N. Mesquita auxílio financeiro da nova Associação. Em 1926, Hamilton veio pessoalmente ao Brasil como representante da Missão do Texas procurando, ao mesmo tempo, consolidar as duas Convenções dissidentes do Norte e subordiná-las a uma Associação Batista Brasileira, ligada à “American Baptist Association”, que teve a sua primeira reunião, na Bahia, em fins de julho de 1926. O discurso que então pronunciou o Rev. Adrião Bernardes (38) e cuja publicação foi votada unânimemente, por expressar êle os sentimentos da assembléia, testemunha bem a evolução dos dissidentes ou ao menos de sua propaganda. O nacionalismo, tão ardente em seus primeiros manifestos, não aparece mais. O seu movimento se apresenta agora como manifestação de uma situação presente também na America do Norte (39).

As Bases da Cocperação, dissemos, davam às comunidades brasileiras completa autonomia, mas os dissidentes não quizeram acreditar na sinceridade das promessas ali contidas, lembrados das amargas experiências por que já haviam passado de sorte a não acreditarem mais em promessas. Adrião Bernardes, sem qualquer alusão — o que é admirável — à Associação Batista do Texas, ao seu representante Hamilton, e ao apôio por ela prestado à Associação Batista Brasileira, consagrou a parte construtiva de seu discurso ao tema do congregacionalismo, em oposição à centralização e ao aristocratismo dos *Comités*, um tema que embora não totalmente novo, ali se apresentava com nova entonação (40).

---

(37). — Em 1918, o missionário J. B. Parker, da “Baptist Missionary Association of Texas”, iniciou um trabalho em S. Luiz do Maranhão, onde já existia uma Igreja da Convenção. (*História dos Batistas do Brasil*, t. II, pág. 139).

(38). — Publicado em folheto sob o título: *A situação atual dos Batistas no Brasil*, Recife, 1926).

(39). — Aqui e lá se esforça por colocar nas mãos de um grupo de “doutores” privilegiados, de políticos astutos, todo o maquinismo da denominação, a fim de que somente êles o movimentem... Centenas de Igrejas nos Estados Unidos, e dezenas aqui no Brasil, já perderam a sua independência. Os representantes da centralização exigem que as Igrejas se formem em suas fileiras, após o que êles as levam ao ostracismo e boicotam os seus pastores. (Vide nota 30). (*Nota do tradutor*).

(40). — Cada Igreja é uma comunidade autónoma, soberana e independente. Cada Igreja batista, nos limites do senso comum dos crentes e dos princípios eternos das Escrituras, pode utilizar não importa que organismos e meios para executar o trabalho que lhe tenha sido confiado. O que não é admissível é que a Igreja seja, mais tarde, governada pelos mesmos organismos que ela própria criou. Quando êstes organismos pretenderem tornar exigíveis a sua aprovação e o seu *fiat*, devem as Igrejas abandoná-los ou reformá-los... no que concerne à sua independência e soberania, a Igreja (local) é completa em si mesma e absolutamente competente para agir por si mesma. (Vide nota 30). (*Nota do tradutor*).

A união entre as Igrejas lhes permitiria trabalhar melhor, e a finalidade desta nova Associação Batista era alcançar aquela união. Mas, com que precauções e limitações! Os seus membros deveriam ser designados na qualidade de mensageiros da Igreja, e não de seus delegados, o que implicaria na transferência de uma soberania que as Igrejas não podem transferir (41).

A dissidência encontrara assim, na substituição do nacionalismo já ultrapassado pelos acontecimentos, pelo ultra-congregacionalismo, uma nova razão de ser. Definitiva e sólidamente organizada, ainda que com um campo limitado de influência, ela começava a se mostrar intransigente com relação à maioria da Igrejas Batistas do Brasil que, por sua vez, assumiam perante ela a mesma atitude. As cartas de transferência dos fiéis e permutas entre pastores eram mutuamente recusadas pelas comunidades rivais que assim se afrontavam em muitas localidades do Norte. Já idoso, o missionário Hamilton se entregou a este trabalho de segregação e reconstrução; e de volta aos Estados Unidos, logo morreu. O seu desaparecimento, entretanto, não bastou à pacificação. Somente em 1934 é que a Associação Batista Brasileira decidiu a sua confraternização com fiéis da Convenção. A Igreja Batista Brasileira de Paraíba lhe seguiu o exemplo em 1935; e as demais comunidades herdeiras do Movimento do Norte, embora vivendo à parte das outras Igrejas Batistas, mantendo sempre seus organismos particulares, mostraram sempre, para com elas, elevado espírito de colaboração.

### ÉMILE-G. LÉONARD

Antigo professor da Cadeira de História da Civilização Moderna e Contemporânea da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Diretor de estudos na Escola de Altos-Estudos — Ciências Religiosas (Paris).

---

(41). — O voto ou a posição dos mensageiros nesta Associação não obriga, de forma alguma as suas Igrejas a aceitar e a seguir o seu voto ou a tomar a mesma posição por eles tomada. Somente o farão se assim quizerem. Sustentar o contrário é caminhar para o suicídio da Igreja. De sorte que, na realidade, não são as Igrejas que votam nas Convenções e Associações, e podem fazer mais do que isso. Elas podem conservar-se extranhas aos compromissos assumidos nestas assembléias e às lutas eclesiásticas, tomar nas mãos o leme, dirigir o destino e traçar a direção da Convenção ou da Associação. Se alguma cousa foi deliberada ou feita na Convenção ou Associação que seja contrária aos desejos das Igrejas, assiste-lhes o direito de fazer com que as cousas retomem a sua direção natural e reencontrem o seu eixo. (Vide nota 30). (Nota do tradutor).